



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 071

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE JUNHO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

<p>DIÁRIO Nº 071</p> <p>60ª SESSÃO ORDINÁRIA</p> <p>SUMÁRIO</p> <p>Mesa Executiva 02</p> <p>Presenças 02</p> <p>Abertura da Sessão 02</p> <p>Expediente:</p> <p> Requerimentos 03</p> <p> Projetos de Lei 04</p> <p>Pequeno Expediente:</p> <p> Dep. José Domingos Scarpellini 06</p> <p>Horário das Lideranças:</p> <p> Liderança do Bloco PP/PSB</p> <p> Dep. José Domingos Scarpellini 07</p>	<p>Liderança do PFL</p> <p> Dep. Plauto Miró Guimarães08</p> <p>Liderança do PMDB</p> <p> Dep. Vanderlei Iensen09</p> <p>Ordem do Dia:</p> <p> Leitura do Expediente09</p> <p> Discussão / Votação:</p> <p> Redação Final09</p> <p> 2ª Discussão 15</p> <p> Requerimentos 16</p> <p>Encerramento da Sessão16</p> <p>Publicações:</p> <p> Comissão Executiva</p> <p> Atos17</p> <p> Diretoria Geral</p> <p> Portarias.17</p> <p> Atas de Comissão</p> <p> Obras Públ., Transp. e Com.18</p>
---	--

DIÁRIO Nº 071

60ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2006

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelas Sras. Deputadas Luciana Rafagnin e Cida Borghetti.

Presenças:

Às nove horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Arlete Caramês, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino

da Silva, Durval Amaral, Elza Correia, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Plauto Miró Guimarães, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (27). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Ademair Traiano, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho e Waldir Leite (27).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 1546

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.06.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1542

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Presidente do Sistema Federação das Indústrias do Paraná, Rodrigo Costa da Rocha Loures, em razão da comemoração do Dia da Indústria, em 12 de junho de 2006, em Sessão Solene que homenageou com a láura “Honra ao Mérito” o Sr. Luiz Lourenço, bem como com a Medalha de Mérito Industrial os Srs. Edson Luiz Campagnolo, Francisco Simeão Rodrigues Neto e Wilson Bill.

Sala das Sessões, em 14.06.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1543

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviada voto de congratulações aos Srs. Luiz Lourenço (láura Honra ao Mérito) Edson Luiz Campagnolo, Francisco Simeão Rodrigues Neto e Wilson Bill (medalhas de Mérito Industrial), que receberam as honrarias mencionadas nas comemorações do Dia da Indústria, em 12 de junho de 2006, em Sessão Solene presidida por Rodrigo Costa da Rocha Loures, Presidente do Sistema Federal das Indústrias do Estado do Paraná.

A comemoração em questão é muito mais importante diante da garra desses cidadãos que persistem e acreditam no trabalho para transformar nosso país.

Sala das Sessões, em 14.06.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1547

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata das Sessões dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de

congratulações ao Dom Anuar Battisti, Arcebispo de Maringá, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados aos fiéis e cidadãos da arquidiocese de Maringá.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Estácio de Sá, nº 793, Maringá-PR-Brasil; CEP: 87.010-360.

Sala das Sessões, em 14.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1548

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata das Sessões dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de congratulações ao Dom Mauro Aparecido dos Santos, Bispo de Campo Mourão, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos Episcopais realizados aos fiéis e cidadãos da arquidiocese de Campo Mourão.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenagem no endereço: Rua Santa Catarina, nº 430, Campo Mourão-PR-Brasil, CEP: 87.300-410.

Sala das Sessões, em 14.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1549

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata das Sessões dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de congratulações ao Dom Jaime Luiz Coelho, primeiro Arcebispo de Maringá, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados aos fiéis e cidadãos da arquidiocese de Maringá.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Praça Pio XII, nº 479 - Maringá-PR-Brasil; CEP: 87.015-320.

Sala das Sessões, em 14.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1552

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações, ao Pastor Enoque Alves Rezende, alusivos aos cinquenta anos de fundação da Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Icaraima.

Sala das Sessões, em 14.06.06.

(a) VANDERLEI IENSEN

REQUERIMENTO Nº 1553

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações, à Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Icaraíma, alusivos aos cinquenta anos de fundação.

Sala das Sessões, em 14.06.06.

(a) VADERLEI IENSEN

REQUERIMENTO Nº 1551

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Guaraci de Souza.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.05.2006.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1541

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Cláudio Murilo Xavier, DD Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção e implantação de um Centro de Saúde Básica de Atendimento Integral à Mulher e à Criança, no município de Terra Boa, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicada a Prefeitura Municipal de Terra Boa, Sra. Vera Lúcia da Silva Zanatta (Terra Boa - Paraná - CEP: 87.240-000), bem como ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador João Batista de Matos (Câmara Municipal - CEP: 87.240-000).

Sala das Sessões, em 14.06.06.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O município de Terra Boa possui 14.929 habitantes, segundo projeção do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para 2006.

Nos últimos anos tivemos uma oscilação de dois a cinco óbitos infantis, representando um coeficiente de mortalidade de 16/1000 a 20/1000, nascidos vivos, tendo como causa básica principal a prematuridade de recém-nascidos, o que tem preocupado as Equipes de Saúde da Família (ESF), no que tange ao atendimento na integralidade da mulher durante a gestação.

Essa situação foi agravada com uma morte materna após trinta dias do parto no ano de 2005, por hipertensão arterial, o que não acontecia há mais de dez

anos no município. Esse diagnóstico fez com que a Secretaria Municipal de Saúde, as Equipes de Saúde da Família e a Vigilância em Saúde verificassem a necessidade de uma atenção maior para esses dois grupos que são as mulheres e as crianças, e por isso solicitamos a necessidade da construção da Unidade de Atenção à Saúde da Mulher e à Criança que o Estado irá disponibilizar para sessenta municípios, como forma de mudar essa situação em nosso município.

REQUERIMENTO Nº 1550

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Exma. Sra. Lygia Lumina Pupatto, questionando o fato de a mesma não ter comparecido e nem ter enviado representante à audiência pública realizada no último dia 08/06, no Anfiteatro Maior do CCH (Centro de Ciências Humanas) da UEL (Universidade Estadual de Londrina).

Solicito que essa Secretaria requeira os temas discutidos pelo Sindiprol (Sindicato dos Professores de Londrina) e pela Comissão de Mobilização em Defesa do Ensino Superior, para tomar conhecimento da realidade.

Sala das Sessões, em 14.06.06.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 330/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam anistiadas as faltas dos professores e servidores da Rede Estadual de Ensino que fizeram manifestação pública no dia 28 de março de 2006.

Art. 2º O abono a que se refere a presente lei restringe-se ao não apontamento das referidas faltas em ficha funcional, à incidência sobre o pagamento da gratificação de assiduidade, não acarretando prejuízo na progressão funcional e licença especial.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.06.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A greve é um direito constitucional; contudo os professores e servidores só optaram por uma manifestação pública com ausência ao trabalho durante um dia, que foi no dia 28 de março de 2006.

A luta é por reposição salarial e todos sabem que a o Governo do Estado tem dívida com seus servidores desde 1995 e que o Supremo Tribunal Federal, por unani-

midade, julgou procedente a ADIN 2493-I assentando a omissão do Chefe do Poder Executivo quanto ao encaminhamento do projeto de lei visando a revisão geral dos vencimentos (isto em 19/12/2001). E também é fato público que recentemente a APP/Sindicato obteve sentença favorável obrigando o Governo Estadual a encaminhar projeto de lei de reposição salarial (Autos nº 633/2002 da 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba).

Assim, não há como desconhecer a legitimidade do movimento. Esta Casa de Leis deve, no mínimo, posicionar-se favorável à manifestação e aprovar esta lei de anistia da falta. Ao contrário, estaremos em confronto com a Lei Maior que garante aos trabalhadores a manifestação pacífica. Espero o apoio dos nobres colegas Deputados a este projeto de lei.

Lembro que o Governo Requião já abonou as seus primeiras paralisações, (vide o Decreto nº 2946, de 06/05/04), não havendo motivo para negar neste ano.

PROJETO DE LEI Nº 331/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O professor afastado de sala de aula com base em laudo médico da Divisão de Medicina e Saúde Ocupacional da Secretaria de Estado da Administração e Previdência - DIM/SEAP permanece suprido na demanda de professor, com a mesma jornada de trabalho que vinha cumprindo.

Art. 2º O afastamento, mesmo definitivo, não acarretará diminuição ou qualquer alteração de verbas remuneratórias percebidas pelo professor, mantendo os mesmos direitos como se em sala de aula estivesse.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.06.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Estado da Educação, através de seu Diretor Geral, no dia 05 de maio de 2005, designou uma Comissão para propor a regulamentação das atividades desempenhadas por professores afastados da sala de aula por motivos de saúde (Portaria nº 435/05).

Houve consenso entre os membros e foi redigido minuta de resolução que até hoje não foi efetivada e os problemas continuam. Assim, sabedor de que a Secretaria de Estado da Educação tem interesse em disciplinar este assunto que muitos prejuízos tem acarretado aos professores que ficam doentes, muitas vezes pelo trabalho que desempenham é que pretendemos corrigir, através deste projeto de lei, e temos a certeza do apoio por parte dos nobres colegas desta Casa de Leis.

A Secretaria de Estado da Administração, atual Secretaria de Estado da Administração e da Previdência sempre negou a readaptação com pareceres e demais atos, argumentando que após a promulgação da CF/88 estava revogado o disposto legal da Lei nº 6174/70 que tratava da readaptação.

Isto porque, com a readaptação, dava-se o provimento do funcionário em outro cargo e, agora, só seria possível mediante um novo concurso público e que a CF/88 não aceitava mais o chamado provimento derivado. Isto foi defendido pela Administração Pública e inclusive baseada em entendimento do Tribunal de Justiça do Paraná.

Assim, quando constatada a impossibilidade de o professor continuar em sala de aula por problemas de saúde, pela Perícia Médica, faz-se o suprimimento do mesmo em outra função, mas permanece no cargo de professor.

Ocorre que permanece no cargo e “perde” os direitos do professor, como hora-aula, férias e aposentadoria. Ora, não saiu da sala de aula por vontade própria. Foi obrigado. Ficou doente e muitas vezes doença decorrente do exercício da profissão. Uma consequência maléfica causada pela atividade penosa que acompanhará o professor pelo resto da vida, mesmo que troque de cargo ou de profissão.

A professora colocada fora da sala de aula depois de 24 anos engolindo o pó de giz, repetindo gestos milhares de vezes, como levantar os braços para escrever; muitas vezes rouca e sem voz... agüentando o estresse da sala de aula, terá, agora, que trabalhar mais seis anos porque passou a ser uma funcionária pública igual às demais. Não é mais regente, é igual àquela que nunca foi regente.

Repetindo leitura que dizia serem palavras de Rui Barbosa: *“a verdadeira igualdade consiste em tratar desigualmente os desiguais e na proporção dessas desigualdades.”*

PROJETO DE LEI Nº 332/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam isentos do pagamento da Taxa de Pedágio todos os veículos pertencentes a moradores do município onde estejam as Praças de Pedágio, cujos veículos estejam ali emplacados.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.06.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Já existe um acordo máximo com as empresas de pedágio, reduzindo a taxa para os residentes no municí-

pio onde estão localizadas as Praças de Pedágio, somente para veículos ali emplacados.

Com este projeto de lei pretendemos eliminar completamente a Taxa de Pedágio para todos os veículos emplacados no município.

O Brasil tem, em várias esferas da administração pública, projetos, decretos, leis e ações aguardando deliberações ou regulamentações. É o caso das taxas e pedágios, muitas aguardando decisões judiciais. Se até agora fomos extremamente tímidos na tentativa de solucionar tão importante problema, já temos algumas pequenas reduções, agora pretendemos reduzir toda a taxa somente para moradores residentes no município onde estão as praças de pedágio, pois, os mesmos transitam nas praças diversas vezes por dia, na maioria das passagens, a trabalho.

O planejamento regional dos gastos com impostos sempre foi considerado matéria árida e de difícil trato, até mesmo por aqueles que estudam a fundo o assunto.

Uma das mais significativas conquistas da cidadania, nos últimos dezoito anos, ocorreu no campo das relações de consumo. A Constituição do Brasil de 1988 inseriu a defesa do consumidor entre os direitos e garantias individuais com *status* de cláusula pétrea. Em 1990, como consequência da Constituição, foi editada a Lei de Defesa do Consumidor destinada a reduzir a disparidade de poder entre fornecedores e consumidores.

Apesar dos avanços, no entanto, o consumidor continua vulnerável, sendo lesado em aspectos importantes, especialmente no direito sagrado de ter informações claras e precisas do preço do produto ou de serviços que deseja adquirir ou contratar.

A maioria das Praças de Pedágio estão localizadas ao longo das rodovias, nos municípios de pequeno porte, na grande parte de produtores rurais, cujos pequenos produtores rurais estão completamente individualizados.

Todos nós sabemos que o setor produtivo agropecuário não tem a capacidade de enfrentar as distorções nas correções das dívidas dos pequenos produtores rurais.

Outro tema que desejo enumerar nesta justificativa é de extrema gravidade. Chegamos ao cume da crise da pecuária leiteira em nosso Paraná. Produtores de leite de várias regiões do Estado estão se desfazendo de seus rebanhos. A remuneração do pecuarista paranaense é uma das mais baixas do mundo. Tenho colhido depoimento dramático dos pequenos produtores. A maioria está desistindo de lutar contra o cartel do leite. Muitos não aguentam mais receber pagamento abaixo dos custos de produção. E a inadimplência junto aos bancos está, sem dúvida, insuportável. A situação torna-se mais grave porque as partes envolvidas não têm o mesmo poder de negociação.

Além de sua importância nutricional, o leite desempenha um relevante papel social. Todas essas dificuldades estão empurrando o setor leiteiro para a falta de rentabilidade. E, para garantir a existência de processos capazes de equacionar as desigualdades entre os diversos segmentos que traduzimos em nossa justificativa, é que

pretendemos extinguir a Taxa de Pedágio para os moradores onde estão localizadas as praças de pedágio, a maioria na zona rural ou em pequenos municípios. Os moradores transitam várias vezes por dia exclusivamente a serviço. Com isso reduzimos as despesas diárias desses abnegados trabalhadores.

Com isso, esperamos a compreensão dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei, em regime de urgência, para minimizar o sofrimento dessa gente.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passamos ao Pequeno Expediente.

Com a palavra o Deputado José Domingos ScarPELLini.

Deputado José Domingos ScarPELLini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ontem fizemos uma abordagem, falando sobre as composições dos Partidos, as candidaturas ao Governo do Paraná e falamos sobre o comportamento que o Governador do Estado tem com relação ao seu povo, à sua gente, àqueles que vivem e que precisam ser respeitados no Estado do Paraná.

Certamente o Deputado Dobrandino, que depois veio para cobrar da minha pessoa, que eu estava faltando com o respeito ao Sr. Governador do Paraná e que os adjetivos colocados no meu pronunciamento ofendiam a pessoa dele. De maneira nenhuma, Deputado Dobrandino, fizemos um discurso para ofender quem quer que seja. Nós fizemos as colocações, dizendo inclusive, sobre o programa eleitoral do PPS, onde o candidato Rubens Bueno aparecia ao lado da esposa, no Dia dos Namorados e pres-tava uma homenagem a ela, à sua família e à família paranaense, num respeito muito grande ao povo do Paraná e que nós vão víamos, do outro lado, na pessoa do Sr. Governador, o mesmo tratamento e o mesmo respeito ao nosso povo e que ele esteve em Pranchita, em Santo Antônio do Sudoeste e agrediu, com palavras, simples e humildes agricultores, pequenos produtores deste Estado, quando lá estavam para fazer uma reivindicação e cobrar do Governo algumas promessas não cumpridas. Não só por parte do Governo do Estado do Paraná, mas por parte também, do Governo Federal. E o Governador foi então agressivo com aqueles pequenos produtores rurais, ofendendo a honra, a dignidade, ofendendo aqueles humildes produtores que trazem as mãos calejadas e o rosto marcado pelo sofrimento de serem produtores no Brasil.

Foram essas as colocações que fizemos e disse no meu discurso, que o Governador caiu do cavalo e que ele está apeando, mais parecendo um John Wayne descendo do cavalo, está montando num carro, num Peugeot dos anos 40, parecendo o James Dean com aquela jaqueta de

couro ou então, com sua calça Lee surrada, vindo mostrar obras que realmente não fez, no Paraná e que deixou a desejar ao povo paranaense, que seriam importantes para nosso Estado, para nosso povo e para o currículo do Governador do Paraná, que se pegamos este segundo mandato dele, por incrível que pareça não vamos encontrar nenhuma obra importante realizada ou iniciada no seu governo, a não ser as brigas travadas com as concessionárias do pedágio, que terminou resultando em vantagem...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Faço um apelo a V. Exa., o senhor tem trinta segundos para encerrar seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Então, seria importante para o Governador do Paraná ter feito algumas obras, sim. Para os paranaenses seria importante e para ele seria uma somatória no seu currículo. Não iniciamos nenhuma hidrelétrica.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Deputado Neivo Beraldin estava inscrito no Grande Expediente. Como declinou, passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o Deputado José Domingos ScarPELLini, no Horário do Bloco PP/PSB.

Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Fiz as colocações no Pequeno Expediente e não vou repetir porque todo mundo lembra, é uma seqüência do que eu falei anteriormente. Vou continuar.

Quero fazer estas colocações e uma memória do que realmente vem ocorrendo no Paraná. Disse, também, ontem, que o Governador tem uma aliança em Apucarana e que eu estou do outro lado.

Coloquei que ele tem “um amante” em Apucarana, que é o Padre Valter Pegorer, o Prefeito da cidade. Um amante político, Não tem nenhuma ofensa nem, ao Padre Prefeito e nem ao Governador, pois é uma verdade. Foi uma coisa feita na marra. E serve só para aquele momento, como se fossem as amantes: serve para aquele momento. Qual é o momento? É o momento da eleição, onde um precisa do outro. Uma troca de prestação de serviços, como se fosse uma casa com luz vermelhas, onde vai quem quer, em busca de uma prestação de serviços. Lá não é diferente.

E o Prefeito escolhido pelo Governador do Paraná, nosso desafeto político, com suas lâmpadas vermelhas à sua porta, tem um filho. E carrega esse filho para todos os

lados. O Prefeito Padre tem um filho e o filho do Padre é candidato a Deputado em Apucarana.

Fizemos uma representação semana passada, na Justiça, uma ação popular subscrita por um advogado, Dr. Luiz Fernando Pereira, pedindo uma liminar por abuso de autoridade, por uso da máquina administrativa e abuso do poder econômico, em cima do Prefeito de Apucarana.

Demos entrada no fórum. Dez minutos depois a ação correu, a notícia correu e os promotores de Apucarana, que já estavam com uma investigação em andamento, também propuseram uma ação que foi levada a reboque da que eu havia proposto, porque a minha era a primeira. E os fatos que se deram, depois, foi uma correria na cidade, busca e apreensão de computadores na Prefeitura, busca e apreensão de jornais na imprensa local e a comprovação de tudo isto estava lá nos e-mails que a Prefeitura mandava, através do dinheiro público, da municipalidade. Estavam fazendo a campanha do filho do Padre.

Nossos amigos de Londrina que nos honram hoje com suas visitas, amigos do Norte do Paraná, que leem o jornal Tribuna da Cidade, sistematicamente, o Vale do Ivaí, estarrecido de ver todo o dia o filho do Padre ser notícia. E aí, com o aperto que demos na Justiça, houve um espanto geral por parte da sociedade apucaranesa e por parte da própria imprensa local.

Os e-mails eram mandados para todas as redes de publicidade, lá do serviço de imprensa da Prefeitura. Nós temos as provas todas, que a Prefeitura de Apucarana estava fazendo a pré-campanha do candidato a Deputado Estadual, filho do Padre André Pegorer, que tem uma aliança com João Arruda. João Arruda, sobrinho do Governador do Paraná, que passa pelas ruas de Curitiba e não respeita velocidade, mais propriamente nas proximidades do Passeio Público, um moço que é funcionário da Cohapar, que ganha aproximadamente 10 mil reais por mês da Cohapar para fazer campanha para o filho do Padre, em Apucarana. Sobrinho do Governador, que respondeu a um questionamento jurídico criminal, que foi condenado pela Justiça, responsabilizado pela morte de uma jovem, nas proximidades do Passeio Público, em uma madrugada, que nós ainda vamos poder esclarecer, no Horário Político Eleitoral.

Muito bem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; como se tudo isto não bastasse, chega-nos a notícia lá dos pampas do Rio Grande do Sul, dando uma informação de que a Justiça tarda mas não falha - ou não falta - para aqueles que a buscam. Há anos entramos com uma outra ação lá em Apucarana, questionando, no outro mandato, ainda, de 93 a 96, do mesmo Padre Prefeito, de que havia desvio de merenda escolar.

E este procedimento, por se tratar de verbas federais, foi para a justiça federal de Londrina, que remeteu para o Tribunal Regional de Porto Alegre, por entender que o Padre Prefeito - que respondia ao desvio de merenda escolar - tinha que ser processado em instância superior.

E o Padre Prefeito vinha respondendo este procedimento cível - que agora vai transformar-se em criminal -

porque ele foi condenado, agora, lá em Porto Alegre, nos pampas gaúchos, lá naquele tribunal às margens do Guaíba. Os desembargadores entenderam que houve o desvio de merenda escolar. E que o desvio, além da responsabilização civil, também existiu crime. Então, o Padre Prefeito que agora carrega o seu pupilo, o seu filho, *le petit enfant*, como se diria em francês e o nosso francês é mais ou menos complicado como o da Guiana Francesa. *Le petit enfant* tem um pai que está condenado por desvio de merenda escolar. Gostaria de saber se a rádio e a TV Educativa do Paraná não vão noticiar essa condenação do Padre Prefeito de Apucarana. Se a rádio e TV Educativa do Governo do Paraná não vão colocar lá o *acordão* dizendo que roubar merenda escolar é crime.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Vou usar um minutinho só para fazer um comunicado. Estamos vindo agora da região de Itaiacoca no interior de Ponta Grossa e muito se vê falar sobre obras ou não obras. Mas, queria fazer um registro que começaram hoje as obras de mais 14 quilômetros que leva ao interior de Ponta Grossa entre o Biscoia e o Passo do Pupo; uma rodovia que foi construída em 1990. O Governo havia já feito 20 quilômetros e está iniciando hoje as obras para a segunda etapa.

É uma obra esperada pelo povo. Começaram hoje as obras de recapeamento, e isso nos deixa muito feliz porque é uma reivindicação antiga do povo de Itaiacoca no interior de Ponta Grossa. E na semana que passou foi inaugurado um novo hospital, o Hospital São Camilo, que vai beneficiar também as pessoas mais humildes de Ponta Grossa. São algumas obras que estão acontecendo e quando elas acontecem temos que agradecer o Governo do Estado.

Era esse comunicado Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu disse no meu pronunciamento da falta de obras e a comprovação disso está aí: ele veio para dizer que o Governador vai iniciar a obra, essa obra já devia estar sendo inaugurada, pelo que tem de dinheiro o Governo do Paraná e pelo que já foi anunciada, essa obra de Itaiacoca, já devia estar inaugurada.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Horário da Liderança. V. Exa. já usou o seu horário.

No horário do PFL, Deputado Plauto.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Temos claramente visto, no decorrer dos últimos meses, dos últimos anos, em nosso Estado, sérios problemas na área da saúde; pessoas tendo que ser transferidas de um município para outro, de uma região para a capital

para serem atendidas. E a nossa região dos Campos Gerais não é diferente das demais. Vimos, no decorrer dos últimos anos, as necessidades aumentando. Certos momentos o Governo anunciando ações para tentar amenizar os problemas nessa área. Vimos, no ano de 2003, no mês de maio de 2003, uma atitude tomada pelo Governador Requião, cancelando o curso da Universidade Estadual de Ponta Grossa, o curso de Medicina e uma grande reação aconteceu naquele município, naquela região, porque esse curso já havia sido criado há trinta anos, depois que o Governador anterior colocou em prática, autorizou a implantação desse curso, as ações aconteceram, o Globo de Medicina foi construído, os laboratórios adquiridos, o vestibular, os alunos na sala de aula. E o novo Governador Requião assume e, extingue, acaba com o curso daquela cidade.

Rapidamente, Sr. Presidente, vimos o atual Governador Roberto Requião correr para tentar amenizar o desgaste político que teve na região dos Campos Gerais, que foi muito grande. Inclusive, dias atrás esteve lá, que por sinal é prática dele, cada vez que vai lá agride a nossa pessoa, mas falou em público, está na imprensa, dizendo que no município de Ponta Grossa e na região dos Campos Gerais é onde ele tem a maior rejeição. Maior rejeição! Isso mostra que a atitude que ele tomou, Deputado Marcos Isfer, a população não aceitou e não aceita.

Para tentar suprir tudo isso, ações começaram a ser feitas para tentar amenizar problema eleitoral na cidade de Ponta Grossa; entre eles, o anúncio do Hospital Regional, importantíssimo para a nossa região, para o Estado do Paraná, mas um hospital. Só que ele anunciou que iria liberar 30 milhões de reais para a construção do hospital. É o custo que tem a construção civil e, também, os equipamentos que esse hospital vai ter que ter. Cada vez que vai à cidade de Ponta Grossa, que por sinal virou uma pessoa assídua lá, ele fala no Hospital Regional e dá-lhe propaganda nos meios de comunicação, na televisão local. Propaganda, propaganda, propaganda, sem fim. Fizeram uma maquete bonita e mostrava-se ali o hospital como se já estivesse construído.

Mas, Deputado Scarpellini, agora, na última semana, o Governador esteve em Ponta Grossa na inauguração do Hospital São Camilo, que a Prefeitura Municipal alugou e reformou com os recursos do município e numa parceria com o Governo do Estado. Agora os atendimentos vão começar a ser feitos à população e, ele anunciou que não são mais 30 milhões de reais, que vai liberar apenas 5 milhões para a construção do hospital. Quer dizer: a obra não está licitada ainda, ela deve acontecer no decorrer dos próximos meses e, lá na boca da eleição, com certeza, o Governador vai chegar lá e dizer que construiu o Hospital Regional da Cidade de Ponta Grossa. Brincadeira! Por que que ele não fez isso antes? Por que só discurso e discurso e propaganda paga, com o nosso dinheiro, com o dinheiro do povo do Estado do Paraná?

Então, mais um blefe; no passado foi o Ferreirinha. Depois o pedagio, na última eleição baixa ou acaba e, agora para a cidade de Ponta Grossa é o Hospital Regio-

nal que ele está aí falando, falando, falando e a coisa não acontece. O que tem, sim, é o terreno escolhido dentro do campus da nossa Universidade, ninguém viu nada. Viu, sim, um anúncio de 5 milhões, sendo que se precisa de 30. Quem vai fazer é o nosso Governador, que vai vender as eleições neste ano e, naturalmente, com isso ele vai terminar a promessa que o Governador Roberto Requião fez para o município de Ponta Grossa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PT. PSDB. PMDB, Deputado Vanderlei Iensen.

Liderança do PMDB: Deputado Vanderlei Iensen

O SR. VANDERLEI IENSEN

Ocupo o horário do PMDB apenas para colocar duas informações. Esclarecer duas questões levantadas pelo Deputado Scarpellini, nosso companheiro, nosso amigo, amigo, quando ele disse que o Governador esteve no Sudoeste do Paraná e, ofendeu os agricultores.

Eu participei, inclusive, desse evento e havia ali aproximadamente mil agricultores, um pouco menos. O que vimos, na verdade, foi um grupo de dez, vinte pessoas, que estavam segurando faixas. Eu acredito que cabos eleitorais e de Deputados legitimamente na posição deles, fazendo oposição ao Governador. Agora, no evento aonde estávamos, criou-se uma situação muito desagradável. O Governador, quando proferiu as palavras - que já estão divulgadas na mídia - foi claro em falar àquelas pessoas, que na minha opinião não eram agricultores. E deixar claro isso, porque dá a impressão que ele ofendeu aquelas mil pessoas, e não é verdade, eu estava lá e vi quando o Governador referiu-se àquelas pessoas, àquele grupinho que estava tumultuando, e em nenhum momento ele teve intenção de ofender os agricultores do Sudoeste naquele evento.

Uma outra questão, também, que gostaria de colocar: quando o nosso nobre companheiro cita o João Arruda, sobrinho do nosso Governador. Ora, conheço o João Arruda e tenho a felicidade de ser amigo dele, uma pessoa extremamente trabalhadora, honesto - até onde eu o conheço, e o conheço relativamente bem, como amigo, como companheiro; afinal de contas estive dois anos ali como Chefe de Gabinete do Governador - e eu realmente lamento que num determinado momento da vida dele, tenha ocorrido um acidente automobilístico onde uma pessoa morreu. Acho que essa é uma situação à qual todos estamos sujeitos. Eu me preocupo, porque quando colocamos estas questões, temos que ter cuidado, porque todos nós temos - ou teremos - algum parente, algum amigo, que esteja passando por uma situação como esta, e não queremos isto para ninguém, é uma fatalidade.

Gostaria, então, de deixar claro que em nenhum momento - falo isso porque conheço o João - ele teve a intenção de matar alguém quando estava no trânsito, quando envolveu-se em um acidente como este. Agora, na questão do processo, se foi ou se não foi, acho que todos aqui - a maioria - já sofremos processos, já fomos

processados, e isso não significa que tenhamos tido a intenção - ou a vontade - de causar determinados fatos.

Então, só queria deixar claro isso porque acho que não fica bem colocado - respeito muito o Deputado Scarpellini pelas suas colocações - mas nesse caso discordo, Deputado, porque conheço o João Arruda e sei da seriedade, da honestidade, do trabalho. É claro, no caso de Apucarana deve estar trabalhando para um grupo de oposição ao Deputado, e entendemos que exista esse embate político nesse momento. Mas, queria deixar aqui preservada essa questão e quero deixar aqui a minha defesa em favor desse jovem, que com certeza será um futuro líder político do Paraná. Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança da Oposição. Liderança do Governo.

(**Declinam**)

Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 27 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projetos de lei em número de dois, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 060/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/06, que institui o "Serviço Social Autônomo Paranaidade" e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 060/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Da Organização

Art. 1º Fica instituído o Paranaidade, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse

público, sob a modalidade de serviço social autônomo, com a finalidade de fomentar e executar atividades e serviços não exclusivos do Estado, relacionados necessariamente:

I - ao desenvolvimento regional, urbano e institucional dos municípios;

II - a administração de recursos e de fundos financeiros públicos, destinados ao desenvolvimento urbano, regional e institucional dos municípios, em especial o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988.

§ 1º O prazo de duração do Paranacidade é indeterminado.

§ 2º O exercício financeiro do Paranacidade coincide com o ano civil.

§ 3º O Paranacidade reger-se-á por esta lei e por seu estatuto.

§ 4º O Paranacidade tem sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º O Paranacidade se vinculará, por cooperação, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, que se incumbirá de supervisionar a sua gestão e administração, observadas as orientações normativas que emitir e em conformidade com o Contrato de Gestão, que com o Estado subscrever, nos termos previstos nesta lei.

§ 1º O Superintendente do Paranacidade é o Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, a quem compete controlar e avaliar as suas ações, em consonância com a política de desenvolvimento urbano e regional para o Estado do Paraná, bem como dos planos, programas, projetos, produtos e serviços, aprovados pelo Conselho de Administração do Paranacidade.

§ 2º O Superintendente do Paranacidade tomará posse perante o Conselho de Administração, em reunião convocada para este fim.

Art. 3º A direção superior do Paranacidade é constituída, respectivamente:

I - pelo Conselho de Administração, de natureza deliberativa, consultiva, de controle e normativa, composto por 01 (um) membro honorário, 3 (três) membros natos e 5 (cinco) membros efetivos;

II - pela Diretoria Executiva, composta por 01 (um) Superintendente, 1 (um) Superintendente Executivo, 1 (um) Diretor de Operações e 1 (um) Diretor de Administração e Finanças.

Art. 4º O Conselho de Administração do Paranacidade, constituído através de Decreto do Governador, é composto de 9 (nove) membros, sendo:

I - O Superintendente do Paranacidade o membro honorário;

II - 03 (três) membros integrantes do Poder Executivo, sendo obrigatoriamente:

a) Secretário de Estado da Fazenda;

b) Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; e

c) Secretário de Estado do Meio Ambiente.

III - 05 (cinco) membros nomeados pelo Governador do Estado, entre integrantes de entidades representativas dos Municípios do Estado do Paraná e da sociedade civil organizada nas áreas de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia.

Art. 5º O Superintendente do Paranacidade e os membros do Conselho de Administração não perceberão qualquer remuneração ou vantagens pelos serviços que prestarem ao Paranacidade, que serão considerados de relevante interesse público.

Art. 6º Os cargos de Superintendente Executivo, Diretor de Operações e Diretor de Administração e Finanças são de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Capítulo II

Dos Objetivos

Art. 7º O Paranacidade tem por objetivos:

I - cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a ser firmados pela entidade;

II - executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

III - atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus municípios;

IV - constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos municípios;

V - atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos estados e seus municípios;

VI - contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos municípios;

VII - incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;

VIII - promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados a profissionais e entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados à promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;

IX - publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;

X - administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do artigo 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei n.º 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no artigo 35 da Lei Complementar n.º 101, de 04.05.2000;

XI - propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da administração indireta estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo Paraná, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.

Art. 8º A fim de propiciar a consecução dos objetivos previstos nos incisos X e XI do artigo anterior ficam acrescidos ao artigo 1º da Lei 8.917, de 15 de dezembro de 1988, os seguintes parágrafos, que terão a seguinte redação:

“Art. 1º...

§ 1º Sem prejuízo do caráter rotativo do FDU, poderão ser utilizados recursos financeiros, a título não reembolsável: a) em programas que utilizem recursos internacionais e que visem a implantação de ações de desenvolvimento urbano, desde que tais recursos constituam-se em contrapartida local; b) em programas e ações especiais instituídos pelo Poder Executivo Estadual, sendo que, neste último caso, a utilização dos recursos financeiros estará limitada ao equivalente a 45% (quarenta e cinco por cento) do resultado líquido do FDU do exercício financeiro anterior.

§ 2º Para fins de aplicação do parágrafo anterior, entende-se por resultado líquido do exercício, o valor referente à soma dos juros auferidos do retorno das operações de crédito concedidas pelo FDU e dos rendimentos das aplicações financeiras, subtraídas as despesas.

§ 3º No exercício de 2006, poderão ser destinados recursos, na forma estabelecida no parágrafo 1º, referente ao resultado líquido dos últimos três exercícios financeiros.”

Art. 9º O Paraná poderá celebrar convênios, contratos e acordos, ajustes, parcerias e consórcios com pessoas físicas, jurídicas de direito público e privado, nacionais, estrangeiras ou internacionais, a fim de realizar os seus objetivos institucionais e cumprir as suas funções, atendidas as exigências do Contrato de Gestão subscrito com o Estado e outras estabelecidas nesta lei.

Capítulo III

Da Competência e Atribuições dos Órgãos da Administração Superior

Art. 10. Ao Conselho do Paraná compete:

I - aprovar o seu Regimento Interno;

II - cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta lei, bem como outros Contratos de Gestão que venham a ser firmados pela entidade;

III - fixar as diretrizes e prioridades de atuação da entidade, em consonância com a política de desenvolvimento urbano e regional para o Estado do Paraná;

IV - aprovar os planos anuais de ação estratégica, os planos de trabalho e de metas, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual da entidade, apresentados pela Diretoria Executiva, bem como eventuais alterações necessárias nestes instrumentos;

V - aprovar os demonstrativos contábeis e financeiros, o balanço social e os relatórios de gestão da entidade, apresentados pela Diretoria Executiva, bem como eventuais alterações nestes instrumentos;

VI - fixar as diretrizes e prioridades na gestão dos fundos financeiros públicos de responsabilidade do Paraná, em consonância com a regulamentação específica de cada um deles;

VII - fixar as diretrizes e prioridades na gestão do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei n.º 8917 de 15 de dezembro de 1988, em consonância com a política de desenvolvimento urbano e regional para o Estado do Paraná;

VIII - aprovar os planos anuais de ação estratégica, os planos de trabalho e de metas, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, de responsabilidade da Diretoria Executiva, de cada um dos fundos financeiros públicos geridos pelo Paraná, inclusive os do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei n.º 8917 de 15 de dezembro de 1988, bem como eventuais alterações nestes instrumentos;

IX - aprovar os demonstrativos contábeis e financeiros, o balanço social e os relatórios de gestão, de responsabilidade da Diretoria Executiva, de cada um dos fundos financeiros públicos geridos pelo Paraná, inclusive os do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei n.º 8917 de 15 de dezembro de 1988, bem como eventuais alterações neste instrumento;

X - constituir quando julgar necessário, administrar e coordenar os trabalhos da Comissão Especial de Avaliação, prevista no parágrafo 1º, inciso VI e parágrafos do artigo 18 desta lei, bem como definir as atribuições previstas;

XI - delegar competência à Diretoria Executiva para prática dos atos concernentes às atividades operacionais da entidade;

XII - aprovar o estatuto da entidade, bem como, as suas alterações;

XIII - aprovar a política e o plano de cargos, salários e benefícios, inclusive a definição das funções necessárias, bem como os regulamentos próprios da entidade, todos por proposta da Diretoria Executiva e as eventuais alterações propostas nos referidos documentos, submetidos à homologação do Governador;

XIV - fixar os limites da alçada para a ação da Diretoria Executiva;

XV - definir o objeto de auditoria interna e externa para as operações da entidade;

XVI - aprovar a contratação de auditoria externa independente, quando for o caso;

XVII - exercer as demais atribuições indispensáveis à administração da entidade.

Art. 11. A competência, atribuição e funcionamento da Diretoria Executiva e das demais unidades do Paranacidade serão definidas em Estatuto.

Art. 12. O Presidente do Conselho de Administração será o Secretário de Estado da Fazenda.

Art. 13. O Conselho de Administração deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, quatro vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo.

Art. 14. Os membros do Conselho de Administração, quando indicados para integrar o quadro da administração superior da entidade, devem renunciar das funções de conselheiros.

Art. 15. O mandato dos membros do Conselho de Administração será de dois anos, podendo ser renovado uma única vez, por igual período.

Capítulo IV

Do Estatuto e do Registro

Art. 16. O Conselho de Administração aprovará por proposta do Superintendente do Paranacidade, o Estatuto da entidade, que será submetido à deliberação do Governador, para homologação, mediante ato próprio.

§ 1º Aprovado o Estatuto, o Presidente e Secretário do Conselho de Administração procederão à elaboração dos atos jurídicos que se fizerem necessários para concretizar a instituição estipulada nesta lei, promovendo o seu registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

§ 2º A reforma do Estatuto depende de proposta do Superintendente, da Diretoria Executiva ou de membro do Conselho de Administração.

§ 3º As alterações do Estatuto da entidade, após serem aprovadas pelo Conselho de Administração e homologadas pelo Governador, serão levadas para registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, por ato do Presidente e Secretário do Conselho de Administração.

Capítulo V

Do Contrato de Gestão

Art. 17. O Paranacidade fica autorizado a celebrar Contrato de Gestão com o Poder Público Estadual, nos termos previstos nesta lei, bem como, seus aditivos, quando necessário.

Art. 18. O Contrato de Gestão referido no artigo anterior, para efeitos desta lei, é o instrumento técnico-jurídico, formal, de direito civil, celebrado entre o Estado do Paraná, por seu Governador, com a interveniência da Secretaria de Estado da Fazenda, representada pelo seu Secretário e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, representada pelo seu Secretário e o Paranacidade, por seus Diretores Administrativo-Financeiro e de Operações, com a finalidade de assegurar a sua autonomia técnica administrativa e financeira, com a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade e economicidade e, também, o seguinte:

I - prever as responsabilidades e os mecanismos de fiscalização, de acompanhamento e de avaliação dos resultados, assegurando a adequada utilização dos recursos públicos;

II - determinar à Diretoria Executiva a elaboração de Regulamento próprio que discipline e normatize as regras para a captação de recursos humanos, observando os critérios de admissão previstos nesta lei, os princípios da legalidade, impessoalidade moralidade, transparência, legitimidade, publicidade e eficiência e que atenda os preceitos legais inscritos nesta lei, na Constituição Federal e na legislação atinente em vigor, além de permitir à entidade a busca do perfil funcional desejado, mantendo positiva a relação de custo benefício.

III - fixar as condições de repasse das verbas orçamentárias da entidade;

IV - formalizar contrato de locação, para atender o repasse dos bens móveis e imóveis da extinta Famepar ao Paranacidade, nos termos da legislação em vigor;

V - determinar a elaboração, até 30 de novembro de cada ano, para o exercício vindouro, de planos anuais de ação estratégica, os planos de trabalho e de metas, bem como as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual da entidade;

VI - determinar, para cada exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, a elaboração de relatório da gestão, dos demonstrativos contábeis e financeiros e do balanço social da entidade;

VII - determinar que a execução do Contrato de Gestão seja avaliada por Comissão Especial de Avaliação, sempre que o Conselho de Administração do Paranacidade assim julgar necessário, exclusivamente constituída para esta finalidade, subordinada ao Conselho de Administração do Paranacidade, formada por no mínimo 01 (um) técnico das seguintes Secretarias de Estado: da Fazenda, do Planejamento e Coordenação Geral e da Secretaria de Estado da Casa Civil, todos devidamente qualificados, experientes e com formação profissional compatíveis com a matéria em exame.

§ 1º São critérios de admissão, conforme referido no inciso II deste artigo, escolaridade, prova de conhecimentos, prova específica, prova prática, avaliação psicológica e exame médico.

§ 2º O regulamento a que se refere o inciso II, deste artigo, estabelecerá, obrigatoriamente:

a) quais os critérios, dentre os acima previstos, a serem aplicados, de acordo com o emprego a ser provido, havendo a possibilidade de aplicação integral ou parcial dos mesmos;

b) como formas de provimento, exclusivamente, o certame seletivo público, cargos em comissão, observado o disposto no parágrafo 6º do artigo 20 desta lei, e contratações temporárias celebradas na forma da lei estadual;

c) critérios objetivos de avaliação para fins de admissão.

§ 3º O relatório de gestão, especificado no inciso VI deste artigo, deve conter necessariamente, com base em critérios consistentes, a avaliação e o desempenho, enfatizando a qualidade e produtividade, de demonstrativos entre o que foi previsto para o exercício findo e o que realmente foi atingido, acompanhado das demonstrações contábeis e financeiras e do balanço social pertinente.

§ 4º Os planos especificados no inciso V, deste artigo, devem contemplar, necessariamente, o conjunto de objetivos estratégicos, as atividades, ações previstas, os prazos para execução e as metas desejadas.

§ 5º Os controles previstos nos incisos V e VI deste artigo, devem ser segregados por fundo financeiro público gerido ou programa administrado pela entidade, devendo ser consolidados posteriormente.

§ 6º As atribuições da Comissão Especial de Avaliação, prevista no inciso VII deste artigo, devem contemplar, necessariamente, o exame dos documentos previstos nos incisos V e VI deste artigo, devendo ainda observar:

I - o resultado da avaliação da Comissão deve ser acompanhado de relatório anual conclusivo sobre a avaliação do desempenho administrativo, financeiro e técnico do Paranacidade, obedecidas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;

II - poderá proceder, a critério do Conselho de Administração do Paranacidade, verificações periódicas *in loco* para mensurar o desenvolvimento das atividades e retorno obtido pelo Paranacidade, inclusive abordando a aplicação de recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado, dirigido ao Conselho de Administração;

III - o Conselho de Administração do Paranacidade, após análise dos relatórios previstos neste parágrafo, os encaminhará ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, acompanhado por parecer e recomendações que se fizerem cabíveis, para subsidiar tomadas de decisão acerca da manutenção e aperfeiçoamento do Contrato de Gestão.

Capítulo VI

Da Prestação de Contas

Art. 19. Os recursos públicos geridos pelo Paranacidade e a execução do Contrato de Gestão estarão sujeitos ao controle externo do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, sem prejuízo, no que couber, do contido no artigo 71 da Constituição Federal e no artigo 75 da Constituição do Estado do Paraná.

§ 1º As contas do Paranacidade serão julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

§ 2º Sem prejuízo da atividade normal do controle externo, o Paranacidade, encaminhará anualmente ao Tribunal de Contas do Estado, até 30 de abril de cada ano, a prestação de contas dos recursos públicos aplicados, inclusive os repassados pelo contrato de gestão a que se referem os artigos 17 e 18 desta lei e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano.

§ 3º A prestação de contas abrangerá relatório sobre a execução das atividades previstas no Contrato de Gestão, baseadas nos planos anuais de ação estratégica, nos planos de trabalho e de metas, no relatório da Comissão Especial de Avaliação, se houver, nas demonstrações contábeis e financeiras e no balanço social da entidade, todos previstos no artigo 18 desta lei, observando as leis, contratos e regulamentos específicos da entidade.

§ 4º Anualmente e a qualquer tempo por deliberação do Conselho de Administração ou determinação do Superintendente, bem como por parte do Governador do Estado serão processadas auditorias internas e externas nas operações da entidade.

Capítulo VII

Das Receitas

Art. 20. Constituem receitas do Paranacidade:

I - recursos provenientes do repasse do Contrato de Gestão, previsto no artigo 17 desta lei, firmado entre o Estado do Paraná e o Paranacidade;

II - produto resultante de juros e amortizações ou de aplicação de recursos do Paranacidade no mercado financeiro;

III - aporte de recursos municipais, estaduais e federais, de qualquer natureza;

IV - recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos bilaterais entre governos;

V - doações, legados, auxílios, contribuições e outras subvenções de entidades públicas ou particulares e de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

VI - recursos provenientes da venda de seus produtos e da prestação de serviços;

VII - recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos, celebrados com entidades públicas ou privadas;

VIII - receitas provenientes de alienação de bens móveis e imóveis;

IX - outros recursos que venham ser destinados.

§ 1º O Paranacidade deverá instituir fundo rotativo de caixa, de caráter orçamentário e contábil, para arcar com despesas diversas de pronto pagamento, ligadas às atividades do seu objetivo social;

§ 2º O repasse previsto no inciso I do *caput*, deste artigo, que será apropriado mensalmente com base no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, destina-se à manutenção da entidade, incluindo as despesas de cus-

teio, despesas com pessoal, recursos destinados aos investimentos necessários à manutenção e ao desenvolvimento da entidade, bem como para a manutenção do fundo rotativo de caixa, previsto no parágrafo 1º deste artigo.

§ 3º Eventuais superávits verificados na apuração de resultados dos exercícios financeiros da entidade, poderão ser aplicados integralmente no seu aperfeiçoamento institucional e/ou na consecução de seus objetivos sociais.

§ 4º O superávit, mencionado no parágrafo anterior, de um determinado exercício, quando não aplicado em qualquer um dos três exercícios subsequentes ao exercício financeiro que o gerou, deverá ser repassado ao FDU, no quarto exercício subsequente, subtraído deste montante o valor anual previsto para a folha de pagamento de pessoal e encargos do Paranacidade deste último exercício.

Capítulo VIII

Dos recursos Humanos

Art. 21. Caberá à Diretoria Executiva do Paranacidade:

I - a prática de atos concernentes à contratação, administração e dispensa de recursos humanos de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigorosos padrões técnicos de seus planos, programas, projetos e atividades, bem como de seus produtos e serviços;

II - a elaboração do regulamento próprio para a captação de recursos humanos a que se refere o artigo 18, inciso II desta lei, sem prejuízo do disposto no inciso anterior.

§ 1º. As ações do Paranacidade compreendendo todas as atividades administrativas e técnicas previstas no artigo 7º desta lei, serão exercidas e desempenhadas por empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, contratados por prazo determinado ou não, e por terceiros, pessoas jurídicas ou físicas, observada a legislação em vigor.

§ 2º A contratação de pessoal por prazo determinado somente se aplica à elaboração e execução de planos, programas, projetos e serviços de responsabilidade do Paranacidade, no prazo de elaboração e execução destes e, depende de prévia aprovação da Diretoria Executiva.

§ 3º O Regulamento especificado no inciso II do *caput*, incluindo posteriores revisões e alterações, após apreciado e aprovado pelo Conselho de Administração, deverá ser publicado em Diário Oficial do Estado, para que produza seus efeitos legais.

§ 4º As contratações realizadas pelo Paranacidade também serão encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado, para exame da legalidade, para fins de registro, das admissões a qualquer título, exceto para os cargos em comissão.

Art. 22. Caberá à Diretoria Executiva do Paranacidade, elaborar e manter atualizado o Plano de Cargos, Salários e Benefícios que, além de estabelecer a política

salarial e de benefícios dos empregados, instituirá e manterá Plano de Carreira compatível com as necessidades da entidade, contendo inclusive os critérios de seleção, avaliação, promoção e de valorização profissional.

§ 1º Os valores salariais dos cargos e funções serão fixados em correspondência com os valores de mercado e, se necessários, revistos anualmente.

§ 2º O Plano de Cargos, Salários e Benefícios, bem como as suas revisões e alterações, deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração do Paranacidade.

Capítulo IX

Do Patrimônio do Paranacidade

Art. 23. O patrimônio do Paranacidade será constituído:

I - pelo acervo de bens e direitos que adquirir ou vierem a ser-lhe incorporados;

II - pelos legados, doações e heranças que receber, de pessoa física ou jurídica, de direito público e privado, nacional e internacional;

III - por quaisquer outros bens e direitos, que vierem a se incorporar ao Paranacidade.

Art. 24. Com a extinção do Paranacidade os seus bens e direitos serão revertidos ao patrimônio do Estado do Paraná.

Capítulo X

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 25. O Conselho de Administração do Paranacidade aprovará, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após a entrada em vigor desta lei, a reforma do Estatuto do Paranacidade, que será proposto pela Diretoria Executiva da entidade, procedendo logo após as demais providências cabíveis, sem prejuízo das disposições previstas no artigo 16.

Art. 26. O Conselho de Administração do Paranacidade deverá promover a recondução de seus membros, que deverão ser empossados na primeira reunião que ocorrer após a vigência desta lei, que funcionará até a aprovação definitiva dos Estatutos e Regimentos.

Art. 27. A Diretoria Executiva do Paranacidade, no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a entrada em vigor desta lei, respeitando também os demais ordenamentos legais, inclusive os que possam suspender a sua efetivação, promoverá:

I - a elaboração de propostas do Plano de Cargos e Salários do Paranacidade, bem como o quadro funcional para execução do Contrato de Gestão, atendidas as normas gerais e princípios estabelecidos nesta lei;

II - a elaboração de proposta para o Regulamento de Contratação de Pessoal, a ser aprovada pelo Conselho de Administração, atendidas as normas gerais e princípios estabelecidos nesta lei;

III - a sistematização da legislação estadual em vigor, inerente ao objetivo social da entidade, em especial sobre o desenvolvimento urbano regional do Estado, e das assistências técnica e institucional aos municípios paranaenses e de suas formas de atuação.

Parágrafo Único. A sistematização da legislação estadual prevista no inciso anterior, deverá, por determinação da Diretoria Executiva do Paranacidade, ser permanentemente atualizada e mantida à disposição dos interessados para consultas.

Art. 28. Fica garantido o reenquadramento automático de ocupantes de empregos atuais na nova estrutura de Planos de Cargos e Salários.

Art. 29. As contratações de obras, bens e serviços pelo Paranacidade, inclusive para a execução dos Contratos de Gestão com o Estado do Paraná ou seus municípios, serão realizadas mediante procedimentos simplificados, obedecidas as normas gerais e princípios contidos na Lei nº 8666/93.

Art. 30. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis Estaduais 11498, de 30/07/96; 12651, de 23/09/99; 12966, de 25/10/00; e 14045, de 05/05/03.

Sala das Comissões, em 14.06.06

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 230/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 033/06, objetivando instituir a parcela complementar de remuneração ao funcionário público civil efetivo, ativo e ao inativo e gerador de pensão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, denominada Piso Social Complementar. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 230/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída parcela complementar de remuneração ao funcionário público civil efetivo e ao inativo e gerador de pensão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, denominada Piso Social Complementar.

Art. 2º O Piso Social Complementar será devido ao funcionário ativo ou ao inativo ou gerador de pensão que receba, a título de remuneração, valor inferior a R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais).

§ 1º Não fará jus à vantagem instituída por esta lei o funcionário, com qualquer carga horária, afastado nos casos previstos nos artigos 128, incisos V, VII, VIII, IX,

XVI, XVIII e XIX; 208, incisos VI, VII, VIII, IX e X; e 238, 240, 245, parágrafo 1º; 249, incisos IV, VI, VII, XII, XIII e XIV; 293, incisos III, IX e V, todos da Lei Estadual nº 6174, de 16 de novembro de 1970, bem como quando estiver afastado do exercício do cargo por motivo de suspensão decorrente de sindicância na instauração de processo disciplinar, ou estiver recluso.

§ 2º A Parana Previdência deverá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias da vigência desta lei, a avaliação do impacto financeiro e atuarial do piso social complementar de que trata esta lei, devendo o Poder Executivo providenciar o aporte das reservas matemáticas necessária à manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência do Estado.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes orçamentários necessários ao cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

§ 4º O valor da parcela complementar será fixado, individualmente, mediante apuração da diferença entre a remuneração percebida até o mês da publicação desta lei e o valor do Piso Social Complementar, estabelecido no *caput* deste artigo.

Art. 3º Considera-se remuneração, para fins da presente lei, o somatório de:

I - vencimento ou vencimento base;

II - adicional por tempo de serviço; e

III - quaisquer outras vantagens decorrentes do exercício do cargo ou função, inclusive as relativas ao local e condições de trabalho, previstas em lei ou regulamento.

§ 1º Não se considera remuneração, para fins do cálculo da diferença devida, os valores pagos a título de atrasados.

§ 2º O valor do Piso Social Complementar não servirá de base de cálculos de vantagens, vinculadas ao vencimento ou vencimento base, exceto férias e 13º salário, além de não integrar a base de cálculo para a concessão de vale-transporte e auxílio-alimentação.

Art. 4º O valor do Piso Social Complementar não será computado para fins de contribuição previdenciária e não será incorporável quando da passagem do funcionário para a inatividade.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.06.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 560/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, declarando de Utilidade Pública a Casa de Acolhida Divina Providência, com sede e foro no município de Astorga. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 651/05, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, declarando de Utilidade Pública o Projeto de Dança Arte Legal, com sede e foro no município de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/06, de autoria do Deputado Cesar Seleme, concedendo o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao General de Divisão, Túlio Cherem. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 170/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revogando a Lei nº 11.262, de 21 de dezembro de 1995, que criou o município de Centro Novo. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, declarando de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Planaltina do Paraná, com sede no município de Planaltina do Paraná e foro na Comarca de Santa Isabel do Ivaí. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 259/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/06, aprovando abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 573.000,00 (quinhentos e setenta e três mil reais), ao vigente orçamento do Centro de Convenções de Curitiba - CCC, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005 (reforma do próprio Centro de Convenções). **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 285/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 043/06, aprovando um ajuste alterando o vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, no valor de R\$ 2.382.303,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e dois mil, trezentos e três reais). **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae de Paula Freitas, com sede no município de Paula Freitas e foro no município de União da Vitória. **COM**

PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declarando de Utilidade Pública a Casa de Apoio à Criança Pequenininhos de Cristo, com sede e foro no município de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 305/06, de autoria do Deputado Jocelito Canto, declarando de Utilidade Pública o Instituto Bom Jesus, com sede e foro no município de Cianorte. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 010/06, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, aprovando a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercício de 2005. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 011/06, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, aprovando o ressarcimento das despesas dos senhores Deputados, mês de maio de 2006, Resolução nº 003/04. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1541, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1542, 1543 e 1546, de autoria da Deputada Cida Borgehtti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1547, 1548 e 1549, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1550 e 1551, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1552 e 1553, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 19, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 722/05 e 139/06.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 259, 263 e 285/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 171, 282 e 304/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 017 e 044/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações**Comissão Executiva****Atos**

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 385/2006

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolados sob nºs 3414, datado de 02 de maio de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder aposentadoria, por invalidez, a BASÍLIO CABREIRA, matrícula nº 40.029, ocupante do cargo de nível NBA-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, lotado no Gabinete do Deputado Estadual Antonio Anibelli, admitido em 01.12.1988, conforme Laudo Médico nº 030/06 e de acordo com o inciso I, do parágrafo 1º, do artigo 40 da Constituição Federal e artigos 139, 224 e 235 da Lei nº 6174/70, com vencimentos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, conforme dispõe a Resolução de nº 007/2004 e 009/2005, acrescidos de 03 adicionais, nos termos do artigo 170 e parágrafo único da já citada Lei nº 6174/70, resultando em Proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 17, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO, em 29.05.2006.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 386/2006

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob nºs 3569, datado de 04 de maio de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

Aposentar, compulsoriamente, a partir de 31 de março de 2006, data em que completou setenta (70) anos de idade, DIVA SCARAMELLA OGIBOWSKI, matrícula nº 40.491, portadora do RG nº 433.064.1-PR, e do CIC de nº 114.353.059-49, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 02 de maio de 1986 ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-02, nos termos do artigo 40, inciso II da Constituição Federal e mesma disposição no artigo 35, inciso II da Constituição Estadual, combinado com o artigo 37, inciso XVI, letra “b” da Carta Magna Federal, com vencimentos mensais de seu cargo efetivo, proporcionais a seu tempo de serviço, acrescidos de cinco (05) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da Lei nº 6.174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 12, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO, em 29.05.2006.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Diretoria Geral**Portaria**

PORTARIA Nº 071/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4083/06, datado de 17 de maio de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder a MARIA ELIZABETH GUTHER CAMATI, matrícula nº 40689, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Médica NUE-I, lotada na Coordenadoria do Serviço Médico, os termos do parágrafo 2º do artigo 236, da Lei nº 6.174/70, prorrogação por 03 meses da licença maternidade, a partir do término da licença concedida pela Portaria nº 38/06.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06.06.06.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Portaria DAT

PORTARIA Nº 0013/2006 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 14.977 de 28 de dezembro de 2005,

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 14.977 de 28 de dezembro de 2004 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33903600	2000	100	3.000.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31901300	2000	100	3.000.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 24.04.2006.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto: Nereu Moura - 1º Secretário

Atas de Comissão**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações****COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES****1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e seis, reuniram-se na Sala das Comissões os nobres Pares da presente Comissão, para realizar reunião extraordinária, comparecendo para a mesma os Deputados: André Vargas, Presidente; Durval Amaral, Marcos Isfer, Rafael Greca e que solicitou a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior (6ª extraordinária), solicitação aceita por todos. A seguir o Presidente passou à pauta do dia: 1) Projeto de Lei nº 044/06 - Mensagem nº 010/06. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 801/05 - Mensagem nº 072/05, autor Poder Executivo. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO com emenda corretiva. 03) Projeto de Lei nº 043/06 - Mensagem nº 09/06. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 800/05 - Mensagem nº 071/05, de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO com emenda modificativa. 05) Projeto de Lei nº 754/05, de autoria do Deputado Nereu Moura. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 001/06, de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Não havendo mais nada a tratar o Sr. Presidente encerrou os

trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida, em reunião posterior, será assinada pelo Presidente, demais membros e por mim, Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

Sandra Zampier - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e seis, reuniram-se na Sala das Comissões os nobres Pares da presente Comissão, para realizar reunião extraordinária, comparecendo para a mesma os Deputados: André Vargas, Presidente; Durval Amaral, Marcos Isfer, Rafael Greca, Barbosa Neto, Cida Borghetti e que solicitou a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior (7ª extraordinária), solicitação aceita por todos. A seguir o Presidente passou à pauta do dia: 1) Projeto de Lei nº 129/06 - Mensagem nº 018/06. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 793/05 de autoria do Deputado Reni Pereira. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO com emenda corretiva. 03) Projeto de Lei nº 168/06 - Mensagem nº 29/06. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 169/06 - Mensagem nº 030/06. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 161/06 - Mensagem nº 22/06. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 90/06 - Mensagem nº 17/07. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 189/06 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 157/06 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 209/06, de autoria do Deputado Durval Amaral. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 123/06 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 179/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Não havendo mais nada a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida, em reunião posterior, será assinada pelo Presidente, demais membros e por mim, Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

Sandra Zampier - Secretária